

Difusão de conhecimentos e mobilização social como estratégias para adoção de inovações no projeto Maria Camponesa*

Rubem Castro Neves¹

Ana Lícia de Santana Stopilha²

RESUMO

Este estudo é parte dos desdobramentos de pesquisa de doutorado, realizada entre 2014 e 2015 a partir de intervenções feitas pelo Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento no Estado da Bahia (PEAMSS Bahia), e está relacionada à difusão de conhecimentos, inovação e mobilização social como meios para a implementação de políticas públicas mediante intervenções. O objetivo principal foi relatar a influência da mobilização social e da difusão de conhecimentos como mecanismos catalizadores em projetos de intervenção, tendo-se como referência o projeto Maria Camponesa, no município de Valença, BA. A metodologia aplicada fundamentou-se principalmente no modelo teórico de estudo de caso proposto por Robert K. Yin. O referencial teórico teve por base a teoria de difusão de inovação de Everett Rogers e a teoria de mobilização social de José Bernardo Toro e Nísia Maria Duarte. Os resultados preliminares mostraram a influência da mobilização social e da difusão de conhecimentos na adoção de novas ideias, bem como a aquisição de habilidades, emancipação e mudança de atitudes dos participantes, além de uma visível convergência entre as teorias de mobilização social e de difusão de inovação.

Termos para indexação: adoção, metodologias, mudança de atitudes, novas ideias, saberes.

Diffusion of knowledge and social mobilization as strategies for the adoption of innovations in the project Maria Camponesa

ABSTRACT

Abstract – This study is part of the developments of a doctoral research, which was carried out between 2014 and 2015 from interventions made by the Bahia state program on the environmental education and social mobilization for sanitation (Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento no Estado da Bahia - PEAMSS Bahia). This program is related to the diffusion of knowledge, innovation, and social mobilization as means for implementing public policies through interventions. The main objective was to report the influence of social mobilization and knowledge diffusion as catalyst mechanisms in intervention projects, whose reference is the Maria Camponesa project, in the municipality of Valença, BA, Brazil. The applied methodology was mainly grounded on the theoretical case study model proposed by Robert K. Yin. The theoretical framework was based on Everett Rogers's theory of innovation, and on the social mobilization theory of José Bernardo Toro and Nísia Maria Duarte. The preliminary results showed the influence of the social mobilization and the diffusion of knowledge in the adoption of new ideas, as well as the acquisition of skills, emancipation, and attitude change of participants, as well as a visible convergence between the theories of social mobilization and innovation diffusion.

Index terms: adoption, methodologies, change of attitudes, new ideas, knowledge.

* Este artigo faz parte da Chamada “CT&I no mundo em transformação: que atores, caminhos e motores se revelam?”.

¹ Agrônomo, doutor em Difusão do Conhecimento, professor pleno do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Camaçari, BA. E-mail: rmeves@uneb.br

² Administradora, doutora em Difusão do Conhecimento, professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Valença, BA. E-mail: stopilha@hotmail.com

Ideias centrais

- A mobilização social e a difusão de conhecimentos foram essenciais para a adoção de novas ideias no projeto Maria Camponesa.
- O projeto promoveu a emancipação das mulheres rurais no desenvolvimento de habilidades e mudança atitudes.
- Houve forte convergência entre as teorias de mobilização social e de difusão de inovação, que mostra o impacto coletivo destas teorias.
- As rodas de conversa e a comunicação boca-a-boca foram os canais mais eficazes para o aprendizado e a difusão de conhecimentos.
- O projeto estimulou mudanças positivas na forma como as participantes organizam e comercializam seus produtos.

Recebido em
22/05/2023

Aprovado em
06/09/2024

Publicado em
21/11/2024



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da nossa pesquisa para ascensão na carreira docente da Classe de professor Titular para a Classe de professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. É também, parte dos desdobramentos da nossa pesquisa no Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) realizada entre 2014 e 2015, a partir de intervenções feitas pelo PEAMSS - Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento no Estado da Bahia (Neves, 2015). Busca elementos para construção futura de um modelo de avaliação de políticas públicas relacionadas a projetos de intervenção no campo das questões sociais, econômicas, ambientais e educacionais em que a difusão de conhecimentos, a inovação e a mobilização social são consideradas como ferramentas essenciais para execução desses projetos.

A questão tratada nesta pesquisa teve como referência o acesso ao conhecimento por meio de uma mobilização social capaz de empoderar, transformar e emancipar as pessoas envolvidas. Por essa razão, é também inovador. Nosso referencial teórico encontra-se fundamentado, principalmente, em correntes de pensamentos defendidas por Rogers (2003), no que diz respeito à teoria de difusão de inovações, e por Toro & Werneck (2004), no que diz respeito à teoria de mobilização social.

A pesquisa de campo relacionada a este estudo, teve como referência o projeto “Maria Camponesa” no município de Valença/BA e utilizou como método de procedimento o modelo teórico de estudo de caso proposto por Yin (2010). Os dados analisados foram coletados a partir de questionários com escala likert, documentos, observação direta e pesquisa bibliográfica. A análise principal foi a partir da construção da explanação com base nos resultados da pesquisa de campo e seu alinhamento com a pesquisa bibliográfica.

Apesar de essa pesquisa se constituir em um estudo de caso, o que limita sua generalização, espera-se poder colaborar para o aperfeiçoamento do modelo metodológico de difusão de conhecimentos e mobilização social para políticas públicas envolvendo intervenções. O que pretendemos, para além desta pesquisa, é dar continuidade ao processo de construção de uma metodologia que possa ser utilizada em outros projetos dessa natureza.

Salvo as especificidades do estudo de caso, o tema investigado, relaciona-se com a difusão de conhecimentos, inovação e mobilização social como forma para implementação de políticas públicas por meio de intervenções. Seus desdobramentos poderão contribuir para construção de um modelo de avaliação de políticas públicas relacionadas a esses projetos. Assim, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: como a difusão de conhecimentos e mobilização social influenciou e continua a influenciar na adoção de inovações no projeto “Maria Camponesa”, no município de Valença – Bahia. Nosso objetivo geral foi estudar a influência da mobilização social e da difusão de conhecimentos como mecanismos catalizadores em projetos de intervenção, tendo como referência o projeto Maria Camponesa.

Para alcançarmos esse tipo de objetivo, o ideal seriam pesquisas feitas num lapso de tempo que permitisse sua viabilidade, qual seja, um tempo de maturação do projeto de intervenção de no mínimo três anos após sua implantação. No caso específico do Maria Camponesa, o projeto já possui mais de oito anos de implantado. Nessa medida, essa condição está mais que satisfeita.

Nesse primeiro momento, buscamos alguns objetivos específicos necessários e que começam a se desenhar: caracterizar os elementos da mobilização social em intervenções; caracterizar os elementos da difusão e adoção de inovações em intervenções; investigar a difusão de conhecimentos no Maria Camponesa; investigar a mobilização social no Maria Camponesa; investigar a adoção de inovações e; propor alternativas de avaliação em projetos de intervenção.

Estrategicamente, e do ponto de vista político, pesquisas dessa natureza chegam num momento oportuno para conjugar com as políticas públicas, visando criar condições reais de participação e controle social dos investimentos públicos. Com isso, a mobilização da população para difusão desses conhecimentos, as informações no âmbito das diversas dimensões difundidas por meio de agentes

sociais, informações sobre seus direitos e em que medida eles podem ser exercidos, aliadas à capacitação para a ação, se constituem no primeiro passo para a construção da cidadania (Rocha & Rocha, 2009).

INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

Este item trata do conceito e características da inovação, bem como, da teoria de difusão de inovação propostos por Everett Rogers. Considerando que o objetivo da pesquisa está centrado em discutir a difusão de conhecimento, a inovação e a mobilização social aplicadas a projetos que envolvam intervenção e, assumindo essa questão como uma inovação, ela precisa ser difundida e adotada conforme preconiza Rogers (2003). A sua essência é o conhecimento cristalizado em ações e mudanças de atitudes e não em um novo produto tecnológico. Portanto, conhecimento, difusão de inovação e mobilização social estão imbricados em um só processo.

O discurso do conhecimento

Na chamada “sociedade do conhecimento”, Sabbag (2007) faz uma análise da aceleração do tempo e de sua relação com as mudanças radicais envolvendo os aspectos políticos, econômicos e sociais. Segundo este autor, o maior impacto dessas mudanças está na posição e no poder exercido pelo conhecimento, sendo a formação de “massa crítica” o maior deflagrador desse processo. Da mesma forma, Takeuchi & Nonaka (2008), relatam que esse poder do conhecimento como o recurso de mais alta qualidade, é a chave para mudanças, inclusive, de poder.

No que diz respeito à informação e ao conhecimento, Sabbag (2007) não faz muita distinção entre os dois e afirma que um não sobrevive sem o outro. O autor relata que já em 1909 o filósofo John Dewey afirmava que “informações são conhecimentos simplesmente adquiridos ou armazenados; o saber é o conhecimento atuando no sentido de obter-se a capacidade de tornarmos nossa vida mais fácil” (Dewey, 1909 citado por Sabbag, 2007, p.50). O autor conclui dizendo que “conhecimento é informação processada que habilita a ação [...], modifica opiniões, crenças, atitudes e comportamento”, elementos esses que se constituem o objetivo, não só do projeto Maria Camponesa mas, também, o objetivo de todos os projetos de intervenção enquadrados nessa linha de pesquisa que pretendemos consolidar.

Existem muitas classificações relacionadas ao conhecimento, uma das mais discutidas é a que o classifica como tácito e explícito. O conhecimento tácito, segundo Takeuchi & Nonaka (2008, p.19) é aquele que “está profundamente enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, assim como nos ideais, valores ou emoções que ele incorpora”, enquanto o conhecimento explícito, segundo os mesmos autores, é aquele que “pode ser expresso em palavras, números ou sons, e compartilhado na forma de dados, fórmulas científicas [...], especificação de produtos ou manuais”.

Sabbag (2007, p.70) discorda de Takeuchi & Nonaka (2008) no que diz respeito à conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, pois considera que os dois autores simplificam demais o processo de conversão do conhecimento e que “se fosse fácil externalizar conhecimento tácito, ainda mais socialmente, ele não seria tácito [...]”. Nesse sentido, se o conhecimento é ferramenta para solução de problemas, Germano (2011, p.29) coloca “[...] como urgente e fundamental intensificar a busca pelo diálogo entre o conhecimento científico e os saberes de senso comum [...]”, no entanto, acrescenta que não é uma tarefa fácil, considerando a face autoritária, determinista e fragmentada da ciência.

Quando se fala em utilização do conhecimento, Moreira (2005, p.81) afirma que isto “está no foco central da gestão do conhecimento [e se o mesmo] não for utilizado, tornam-se inúteis os processos [...] de criação, identificação, aquisição, desenvolvimento e transferência [de conhecimentos]”. Essa não utilização do conhecimento significa, de acordo com Leff (2010), o desconhecimento do conhecimento, com implicações diretas nas crises em que vivemos, pois, muitos dos problemas atuais não decorrem da ignorância. Um exemplo disso é o fato de o homem saber que o crescimento econômico sem limites é incompatível com os recursos limitados da natureza, mas prefere desconhecer esse conhecimento em nome do lucro imediato.

Tudo isso gera um discurso do conhecimento com diversas visões em que nenhuma delas conseguiu, até o momento, trazer respostas consensuais sobre sua verdadeira natureza. O que esperamos com relação a esta e outras pesquisas de natureza semelhante é que o conhecimento difundido possa proporcionar as transformações necessárias, separando o mito da realidade e o que é justo do que não é justo.

Conceito e características da inovação

Uma inovação é definida por Rogers (2003), em sua teoria de difusão de inovações, como uma ideia, prática ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou unidade de adoção. Não importa se a ideia já existia ou não, o que conta, na verdade, é que essa ideia seja inédita para aqueles possíveis adotantes. Com base nisso, tratamos a pesquisa aqui apresentada como uma nova ideia a ser adotada, o que a remete ao status de inovação e, é com base nos princípios dessa teoria de difusão de inovações proposta por Rogers (2003), que estamos abordando essa questão.

A pesquisa aponta para um contexto de busca de uma ação inovadora com base na difusão de conhecimentos. Ações dessa natureza são capazes de capacitar as pessoas para uma conduta inspirada no sentido da sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Ademais, tais ações envolvem a dimensão humana e um novo campo de saberes, princípios e práticas, englobando, inclusive, temas mais amplos, como o direito das mulheres, os conflitos étnicos, entre outros.

A adoção de qualquer ação inovadora é diferente da adoção de um novo modelo de celular, por exemplo. Cada produto, cada serviço, cada ideia tem suas especificidades. Baseado na hipótese de Sabbag (2007), acreditamos que, nas ações aqui tratadas, a formação de uma “massa crítica” com conhecimentos é imprescindível para a transformação social. O autor afirma que “em cada transição de uma sociedade à outra, existiu massa crítica suficiente para provocar o salto” e que “em prazos reduzidos, muitas inovações eram praticadas, antagonismos entre o velho e o novo provocavam rupturas, pioneiros aderiam ao novo modelo (Sabbag, 2007, p.33)”. A massa crítica com conhecimentos, referida por Sabbag (2007), torna-se imprescindível para adoção de políticas públicas veiculadas através de projetos de intervenção. Nesse sentido, a variável conhecimento tem aqui um lugar de destaque, pois, de acordo com Ribeiro et al. (2011, p.210), “[...] sem conhecimento e aprendizagem não há inovações”.

De acordo com o *Manual de Oslo*, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004), houve mudanças substanciais no desenvolvimento de políticas ligadas a inovação à medida que o entendimento sobre esse assunto melhorava. Conforme ainda esse Manual, a inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, inclusive em serviços públicos como saúde ou educação. Esse “novo pensamento sobre inovação fez surgir a importância dos sistemas e levou a uma abordagem mais integrada da formulação e implantação de políticas ligadas à inovação”, enfatizando a relevância da transferência e da difusão de ideias, habilidades, conhecimentos e informações (OCDE, 2004, p.32).

Apesar do foco que a maioria dos estudos dá à inovação tecnológica (produtos e processos), a edição de 2004 do *Manual de Oslo* faz referência à inovação não tecnológica, definindo-a como aquela que “cobre todas as atividades de inovação que são excluídas da inovação tecnológica” (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2004, p.130). É nesse contexto que consideramos como uma inovação as questões tratadas na pesquisa e que não tem como meta gerar, necessariamente, tecnologias ligadas a produtos e processos, mas difundir ideias inovadoras a partir de informações e conhecimentos que levem à transformação individual e coletiva no que diz respeito às questões de interesse comunitário.

A rapidez na adoção de uma inovação, segundo Rogers (2003), está condicionada a cinco características. A primeira delas diz respeito a sua vantagem relativa, que, de acordo com o autor, é o grau com que a inovação é percebida como melhor que a ideia antecedente. A segunda, ele chama de compatibilidade, definindo-a como o grau em que uma inovação é percebida como sendo compatível com os valores existentes, experiências passadas e necessidades dos potenciais adotantes. A terceira é

a complexidade, que significa o grau em que uma inovação é percebida como difícil de entender e usar. A quarta característica é a possibilidade de ser testada, que representa o grau em que uma inovação pode ser experimentada. Por fim, a observabilidade como sendo o grau com que os benefícios da inovação sejam visíveis a outras pessoas (Rogers, 2003).

Teoria da difusão de inovação

A difusão de uma inovação envolve elementos como canais de comunicação, tempo e sistema social, com características distintas descritas por essa teoria. Assim, Rogers (2003) acredita que uma inovação para ser adotada precisa ser difundida por meio de canais de comunicação, entre os membros de um sistema social e para isto é preciso um determinado tempo.

No processo de decisão, segundo o modelo de Rogers (2003), o indivíduo passa do primeiro momento em que toma conhecimento da inovação, até sua aprovação ou rejeição. Esse processo envolve cinco estágios: conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação.

O conhecimento ocorre quando um indivíduo é exposto à inovação e compreende o seu funcionamento; a persuasão ocorre quando esse indivíduo desenvolve uma atitude favorável ou desfavorável com relação à inovação; a decisão ocorre quando há o engajamento do indivíduo em atividades que levam a uma escolha para aprovar ou rejeitar a inovação; a implementação ocorre quando o indivíduo decide adotar a inovação e ela é colocada em uso e; a confirmação ocorre quando um indivíduo procura reforços para a decisão de adoção já feita, mas também pode reverter o processo se encontrar mensagens conflitantes sobre a inovação (Rogers, 2003).

A taxa de adoção, de acordo com Rogers (2003), é outra maneira específica em que a dimensão do tempo está envolvida na difusão de inovações, representando a velocidade relativa com que uma inovação é adotada por membros de um sistema social. O autor afirma que as características das inovações, como percebidas pelos indivíduos, ajudam a explicar suas diferentes taxas de adoção e que há também diferenças nessas taxas para a mesma inovação em diferentes sistemas sociais (Rogers, 2003).

Nessa pesquisa, as mudanças de atitudes, ações e comportamentos, incorporação de novos conhecimentos, politização, independência e emancipação individual e coletiva, são parâmetros subjetivos que não podem ser calculados na forma de uma taxa de adoção, como postulado por Rogers (2003) nas inovações tecnológicas, mas são indicadores, em maior ou menor grau, do processo de adoção de uma política pública por meio de projetos de intervenção, como foi observado nos resultados da pesquisa com o projeto Maria Camponesa.

O sistema social é outro elemento no processo de difusão. É definido por Rogers (2003) como um conjunto de unidades inter-relacionadas que estão envolvidas na resolução conjunta de problemas para realizar um objetivo comum. Seus membros ou unidades podem ser indivíduos, grupos informais, organizações e/ou subsistemas. O meio social deve aprovar a inovação, do contrário, está fadada ao fracasso. O sistema tem um efeito direto sobre a difusão e ainda uma influência indireta via seus membros individuais. A difusão provoca uma mudança social, definida como o processo pelo qual ocorre a alteração na estrutura e função desse sistema. Rogers (2003) acrescenta que essa mudança pode acontecer de outras maneiras também, por exemplo, por meio de uma revolução política ou via um evento natural, como seca ou terremoto. O foco do sistema social são as questões referentes à estrutura social, sistema de normas, papel dos líderes de opinião e agentes de mudança, tipo de decisão de inovação e consequências individuais e sociais da adoção (Rogers, 2003).

O elemento canais de comunicação, de acordo com Rogers (2003), é o meio pelo qual as mensagens vão de um indivíduo para outro. O autor afirma que a difusão é um tipo particular de comunicação em que a informação que é trocada está preocupada com a nova ideia. A natureza da relação de troca de informações entre o par de indivíduos determina as condições em que uma fonte vai ou não vai transmitir a inovação para o receptor e o efeito da transferência. Nessa transferência, Rogers (2003) identifica os canais de mídia de massa, os canais interpessoais e difusão de ideias.

Na pesquisa aqui tratada, prevalece os canais interpessoais, principalmente, a comunicação boca-a-boca, que são os mais eficientes em persuadir o indivíduo e compartilhar a nova ideia, especialmente, quando os indivíduos são próximos. A difusão de ideias, conforme Rogers (2003), ocorre mais frequentemente entre indivíduos provenientes de um mesmo sistema social, como pode ser observado entre as mulheres camponesas. Esse é um princípio óbvio da comunicação humana em que a transferência de ideias ocorre mais frequentemente entre dois indivíduos que são iguais, semelhantes, ou homófilos. Homofilia, segundo Rogers (2003), é o grau em que os pares de indivíduos que interagem são semelhantes em determinadas qualidades, tais como crenças, educação, status social, e assim por diante.

Em uma situação de livre-escolha, quando um indivíduo pode interagir com outro em um universo de outros indivíduos, existe uma forte tendência para ele selecionar alguém que seja mais parecido com ele mesmo e, nesses casos, a difusão do conhecimento se dá de forma mais espontânea. Isso foi observado entre as camponesas, provavelmente, devido ao alto grau de homofilia, resultando em uma forte adoção das inovações. Rogers (2003) aponta muitas razões para isso: relata que indivíduos semelhantes geralmente pertencem aos mesmos grupos, vivem ou trabalham perto do outro, e são atraídos pelos mesmos interesses. Essa proximidade torna a comunicação mais provável, eficaz e gratificante, pois compartilham significados comuns, mútua linguagem e são semelhantes em características pessoais e sociais o que, também, pode ser observado na comunidade estudada entre as mulheres camponesas. O autor afirma ainda que a comunicação de ideias nessas condições tem maiores efeitos em termos de ganho de conhecimento, formação de atitudes e mudança de comportamento.

Embora um dos problemas mais marcantes na comunicação de inovações em intervenções seja o fato de que os participantes são geralmente bastante heterófilos (diferentes), Rogers (2003) salienta que a verdadeira natureza da difusão exige que pelo menos algum grau de heterofilia (diferença) esteja presente entre os dois participantes. Um agente de mudança, por exemplo, é tecnicamente mais competente do que aqueles com os quais interage para implementar a mudança em uma comunidade mas, há um certo grau de heterofilia. Essa diferença leva, frequentemente, à comunicação ineficaz, pois não falam a mesma língua porém, quando dois indivíduos são idênticos em relação à sua compreensão de uma inovação, a difusão pode não ocorrer porque não há nenhuma informação nova para trocar, falta conhecimento novo. O ideal então seria que os indivíduos fossem homófilos em significados comuns, linguagem, educação, características pessoais, culturais e sociais e fossem heterófilos no que diz respeito ao conhecimento da inovação.

Na pesquisa em questão, muitas intervenções foram feitas pela equipe de pesquisadores por meio dos cursos e oficinas oferecidos para as mulheres camponesas e tais pesquisadores, por serem conhecidos dessas mulheres, carregam um pouco de homofilia e heterofilia, o que contribuiu para uma boa adoção das inovações.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Neste tópico, apresentamos o conceito, dimensões, atores e a comunicação no processo de mobilização social.

Conceituação de mobilização social

Quando pensamos em mobilização social, a ideia que nos vem em mente é de uma reunião com a comunidade, uma manifestação ou qualquer evento que reúna um número considerável de pessoas. Muitas vezes, empregamos esse termo para generalizar nosso ato mas, na verdade, a mobilização social é mais que isso. É muito confundida com reuniões de pessoas, passeatas, propagandas ou qualquer tipo de manifestação pública, porém esses eventos não caracterizam uma verdadeira mobilização social.

De acordo com Toro & Werneck (2004, p.13), “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando,

quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”. Ao tomar uma decisão e agir, estamos fazendo uma escolha. Daí Toro & Werneck (2004) falarem em convocação como um ato de liberdade, do qual as pessoas são chamadas a participar, mas essa é uma decisão pessoal, que passa pelo desejo de cada um e depende da motivação, do sentimento de responsabilidade e da capacidade de construir mudanças.

Com base em Zangelmi & Sales (2009), o processo de mobilização social rompe com o isolamento, propicia o contato com novas perspectivas de mundo e propõe uma nova cultura política, permitindo a abertura de espaço de reflexões e questionamentos que leva as pessoas a pensarem no mundo não mais como algo dado e definitivo, dando maior vazão à sua busca pelo ambiente comunitário. No caso desta pesquisa, o projeto Maria Camponesa é utilizado para avaliar essa questão.

Dimensões básicas do processo de mobilização social

No modelo teórico proposto por Toro & Werneck (2004), são identificadas quatro dimensões básicas do processo de mobilização social: o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento de resultados.

A primeira delas representa o primeiro passo no planejamento de um processo de mobilização social que de acordo com Toro & Werneck (2004), é a formulação de um imaginário com um propósito atrativo e convocante que sintetize de uma forma atraente e válida os objetivos que se buscam alcançar, refletindo um consenso coletivo.

A segunda dimensão básica do processo de mobilização social proposto por Toro & Werneck (2004), é o Campo de Atuação que pode ser o local de trabalho, a escola ou qualquer ambiente de atuação onde o ator social possa desempenhar seu papel no processo de mudança proposto no imaginário. Essas mudanças devem ser construídas no dia a dia por pessoas da própria comunidade interessadas em atuar coletivamente. Já a Coletivização, terceira dimensão básica desse processo, é o sentimento e a certeza de que aquilo que está sendo feito em um determinado campo de atuação está também sendo feito por outros de uma mesma categoria, em outros campos de atuação, dando estabilidade ao processo de mobilização social (Toro & Werneck, 2004). A circulação da informação via comunicação é essencial no processo de coletivização, devendo desenvolver nas pessoas, conforme Toro & Werneck (2004), um sentimento de pertinência com a informação, para que não se torne algo meramente informativo e sem compromisso, mas com a ação.

Já o acompanhamento de resultados, quarta dimensão básica, requer que sejam identificados critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu entorno e se todo o campo de ação do movimento está mudando na direção desejada. Isso é importante para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando, estimular a ampliação dos participantes e argumentar com os possíveis financiadores do movimento (Toro & Werneck, 2004).

Atores do processo de mobilização social

Conforme Toro & Werneck (2004), as pessoas precisam saber que têm nas mãos o seu destino e que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, fazendo da democracia uma realidade. Já o Estado precisa ser o promotor contínuo da mobilização, tomando a frente e assumindo o papel de Produtor Social em primeira instância. No modelo teórico proposto por Toro & Werneck (2004, p.41), entende-se por Produtor Social aquele que “tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra”. Além dos Produtores Sociais, o modelo teórico proposto por aqueles autores aponta outros atores no processo de mobilização social, que são os Reeditores Sociais e os Editores.

O Reeditor Social, de acordo com Toro & Werneck (2004), ocupa uma posição em que tem a capacidade de readequar mensagens, possui credibilidade e legitimidade, é reconhecido socialmente, pode transformar e criar sentidos frente à comunidade em que atua, contribuindo para modificar formas de pensar, sentir e atuar.

Já o Editor é o profissional, podendo ser pessoa ou instituição, que converte as mensagens em linguagem adequada ao campo de atuação do reeditor que, por sua vez, pode usá-las, decodificá-las ou recodificá-las conforme sua própria percepção.

A comunicação no processo de mobilização social

A comunicação é outro instrumento importante na mobilização. De acordo com aqueles autores, toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação e tem como meta o compartilhamento de todas as informações relacionadas com o movimento. As pessoas precisam e têm o direito de acesso a toda informação. É um direito e uma exigência para uma participação livre e consciente. Com informações e conhecimentos os reeditores ganham segurança. É uma oportunidade para que façam a verificação de pertinência do que estão falando ou fazendo.

A comunicação, conforme Toro & Werneck (2004), é feita por um Produtor Social e dirigida a reeditores por meio de redes de comunicação direta, sendo a circulação de informações a função principal daqueles que promovem ou lideram um processo de mobilização. Sua efetividade para a mobilização participada depende muito do conhecimento que se tenha do campo de atuação do reeditor.

A mobilização, segundo López (2004), se concretiza quando os gestos, as crenças e as informações se consolidam, se propagam, se multiplicam e geram ações que concorram diretamente para os objetivos, em função dos quais está sendo proposta a mobilização. Para isso, a comunicação e a participação têm papel fundamental. Deve-se considerar, contudo, que as pessoas não nascem participativas, que a participação não é uma conduta social automática. Ao contrário, ela é motivada por crenças, valores ou interesses que divergem e, por essa razão, são conflitivos (Quintas, 2006).

O PROJETO MARIA CAMPONESA

Conforme os conceitos e características aqui apresentados, o projeto de pesquisa e extensão Maria Camponesa se enquadra perfeitamente naquilo que chamamos de mobilização social. Tal projeto originou-se da demanda de grupos produtivos de mulheres da agricultura familiar da zona rural de Valença (BA), no ano de 2014, a partir do contato dessas mulheres com outro projeto chamado projeto Maria Marisqueira, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XV, Valença (BA) e tem por objetivo construir coletivamente ferramentas para a promoção de melhorias produtivas com grupos compostos por mulheres de origem camponesa, no sentido de promover a organização da produção e da comercialização mediado pela articulação dos saberes dos grupos participantes. Dessa forma, conforme Toro & Werneck (2004), é mister que a mobilização social no Maria Camponesa seja também permanente, atendendo ao chamado atrativo e convocante no imaginário coletivo da comunidade em questão.

No início, eram 55 mulheres de origem camponesa (agricultoras de 11 zonas rurais e dois grupos de marisqueiras) que exercem atividades relacionadas à pesca, a exemplo da mariscagem e da agricultura familiar. Conforme Vianna (2008), essas mulheres podem ser consideradas uma amostra de populações tradicionais, uma vez que exibem traços de um modo de vida não capitalista, no entanto, inseridas na dinâmica do modo de produção capitalista presente na atualidade, fato esse observado em muitas populações que exibem modos de vida que podem ser considerados tradicionais.

Dessa maneira, originalmente, a estrutura social e econômica das populações tradicionais, guarda semelhança e afina-se em suas origens com grupos denominados de camponato, grupo esse, tratado nesta pesquisa como Maria Camponesa, que deu nome ao projeto. O nome Maria, denota uma representatividade de todas as mulheres comuns, guerreiras, provenientes de população tradicional que vai à luta e não espera acontecer, em cujas características principais, revelam-se na organização social e econômica, está centrada na propriedade rural familiar, tendo na agricultura sua principal fonte de sobrevivência. Vivem em pequenas comunidades rurais caracterizadas por uma cultura específica, especialmente, na raiz de seus saberes provenientes da experiência, das lutas travadas por visibilidade

e construção de seu espaço socioeconômico, bem como, na forma como estão submetidas à dominação e exploração de forças externas como o mercado.

O encontro com os grupos deu-se ainda em 2014, quando a equipe multidisciplinar do Projeto Maria Marisqueira foi convidada para algumas reuniões a fim de incluir as Marisqueiras em projetos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desses encontros surgiu a necessidade de também atender às demandas das agricultoras e artesãs da região. Tais demandas versavam sobre melhorias produtivas, espaços para comercialização e visibilidade dos grupos. Assim, todo o percurso desse trabalho, comunga-se com a ideia de Santos (2007, p.32), quando o mesmo levanta a proposta da sociologia das ausências: “[...] temos de fazer que o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem, mas são invisíveis e não-críveis estejam disponíveis; ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes.”

Uma das demandas mais recorrentes dos grupos de agricultoras referia-se à disponibilização de um espaço para comercialização, no qual elas pudessem negociar seus produtos diretamente ao consumidor. Nos encontros, as mulheres contribuem com seus saberes e a Universidade com o conhecimento científico mediado por monitores, técnicos e professores dos cursos de Direito e de Pedagogia do Campus XV. O projeto Maria Camponesa está sempre se renovando e hoje é alvo de estudos a exemplo da presente pesquisa e outras como a pesquisa de Andrade & Veloso (2022, p.223) intitulada de “O semear de uma construção coletiva: a trajetória de formação da cooperativa feminina da agricultura familiar e economia solidária de Valença, BA (COOMAFES)”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o caminho metodológico percorrido que permitiu desenvolver a pesquisa. Tal percurso metodológico foi orientado pela abordagem qualitativa com aspectos quantitativos, envolvendo a obtenção de dados predominantemente descritivos.

Para elucidar algumas questões, foi utilizada análise quantitativa em parte dos dados relacionados ao questionário Likert. Demo (2010), preconiza que a pesquisa qualitativa pode usar números e dados estatísticos quando for necessário explicar uma situação.

De fato, definir um método de abordagem para o objeto dessa pesquisa é uma tarefa desafiadora. A depender da sua natureza, cabe aí várias pesquisas que podem envolver diferentes abordagens. Nessa medida, podemos considerar que essa pesquisa se constituiu em um Estudo de Caso.

O estudo de caso como método de procedimento dessa pesquisa

Na pesquisa em questão – estudar a difusão do conhecimento e a mobilização social no âmbito do Projeto Maria Camponesa com vistas à adoção de inovações – as condições foram estabelecidas no lapso de tempo da sua execução durante esses oito anos. Na busca da compreensão do fenômeno, não existe apenas um procedimento pré-estabelecido a ser seguido rigorosamente pelo investigador. Apesar de haver certo consenso no uso de mais de um método de procedimento nessa área, predominou nessa pesquisa o modelo teórico de Estudo de Caso proposto por Yin (2010).

A pesquisa partiu de estruturas políticas, materiais e condições de poder já estabelecidas em uma experiência preexistente, que é o próprio projeto Maria Camponesa. Portanto, a pesquisa aqui apresentada levou em consideração essas condições e a melhor metodologia foi aquela que nos pareceu conseguir adequar tais condições à realidade pesquisada. Os padrões processuais de difusão do conhecimento, as mudanças de comportamento, as ações ocorridas e toda uma gama de fatos comportamentais foram parâmetros essencialmente qualitativos observados durante a pesquisa. Em nossa avaliação, com base em estudos de diversos autores, como Martins (2006), Gil (2009) e Yin (2010), essa é uma situação típica de um contexto de vida real que caracteriza um Estudo de Caso, e nossa justificativa para escolha desse método começa com a própria pergunta de pesquisa.

Nossa preocupação girou em torno de descrever ou explicar “como” ou “por que” ocorreu essa ou aquela mudança. O “como” e o “por que” estiveram sempre presentes atendendo uma condição essencial (Yin, 2010), para escolha do Estudo de Caso em que estudamos fenômenos individuais, grupais, sociais e políticos relacionados com a difusão do conhecimento e mobilização social, numa tentativa de explicar e descrever vínculos causais provenientes das intervenções em um contexto de vida real.

Eventos observados

Os eventos relacionados abaixo, decorrentes da revisão de literatura, representaram as principais categorias para responder a pergunta central do estudo de caso e atender aos objetivos propostos: informações e conhecimentos adquiridos; ações e comportamentos pessoais; emancipação individual; ações e comportamentos coletivos; emancipação coletiva; ações do poder público; canais de difusão do conhecimento; e mudanças de atitudes.

Coleta dos dados

A coleta dos dados se deu com a utilização do questionário Likert, dos documentos do projeto, da observação direta e da revisão da literatura listada nas referências.

O questionário, apesar de ser muito aplicado em levantamento, foi utilizado para a coleta dos dados como complemento aos demais. Segundo o que preconiza Flick (2009), os questionários são geralmente usados em pesquisas de abordagem quantitativa. Podem, porém, vir a complementar uma pesquisa qualitativa.

Nessa pesquisa, o método de procedimento estudo de caso foi usado, conforme Yin (2010, p.205), “[...] para obter insight aos processos causais”. No entanto, acrescenta o autor que, os levantamentos podem ser usados dentro de um estudo de caso “para definir a prevalência ou a frequência desses processos”, como foi nessa pesquisa.

Foram ao todo dezenove questões, sendo quinze fechadas, escalonadas e do tipo escala de Likert, quatro de identificação pessoal e duas semi abertas com múltipla escolha. As quinze questões com escala Likert tiveram uma pontuação que variou de 1 (um) para 5 (cinco) e do menos positivo para o mais positivo. As questões tiveram relação com o objetivo geral da pesquisa, e com as teorias de difusão de inovação de Rogers (2003) e mobilização social de Toro & Werneck (2004). O público envolvido foram os sujeitos da pesquisa constituído por 55 mulheres de origem campesina (agricultoras de 11 zonas rurais e dois grupos de marisqueiras) e que exercem atividades relacionadas à pesca, a exemplo da mariscagem e da agricultura familiar.

Os documentos foram utilizados como estratégia complementar, incluindo desde o projeto pioneiro do Maria Camponesa, até os relatórios, publicações e folders cedidos pelos pesquisadores e público contemplado pelo projeto. Esses documentos foram utilizados como uma forma de contextualizar as informações e representaram um acréscimo significativo às observações e aos questionários para compreensão das realidades sociais em seus contextos de produção.

A observação feita nessa pesquisa se deu por meio de conversas informais e sondagem do ambiente. Foi uma observação não estruturada, também conhecida como assistemática, espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional ou acidental, que, embora com um propósito, não tem planejamento e controle, em que o observador registra os acontecimentos, sem utilizar recursos previamente definidos (Vergara, 2009). Teve como objetivo auxiliar e complementar os dados provenientes das outras técnicas utilizadas no estudo de caso.

Análise dos dados

Na análise dos dados de um estudo de caso, Yin (2010) apresenta várias estratégias e técnicas analíticas. Nessa pesquisa utilizamos como estratégias analíticas a questão de pesquisa apresentada e o uso de dados quantitativos. Como técnica analítica, utilizamos a construção da explanação

apoiada na pesquisa bibliográfica. A utilização de mais de uma estratégia e técnica analíticas não se excluem mutuamente, podendo ser usado “qualquer número delas em qualquer combinação” (Yin, 2010, p.158).

Os objetivos originais de um projeto para estudo de caso, conforme Yin (2010), estão baseados, presumidamente, em alguma proposição teórica que, por sua vez, reflete um conjunto de questões de pesquisa e a revisão da literatura. É o caso deste estudo, quando apresentamos o objeto da pesquisa.

Com relação à técnica analítica de construção da explanação, Yin (2010, p.170) considera que “explicar” um fenômeno é estipular um conjunto presumido de elos causais sobre ele, ou ‘como’ ou ‘por que’ algo aconteceu, sendo complexos e difíceis de medir”. Como na maioria dos estudos de caso, essa explanação ocorre por meio de uma narrativa. Dessa maneira, não pode ser precisa, mas, ao refletir proposições teoricamente significativas, permite recomendações para futuras ações.

Considerando o que é postulado por Yin (2010, p.61), no que diz respeito às generalizações de estudos de caso, a generalização estatística, relacionada a populações e universos, não deve ser a generalização dos resultados do caso, mas sim “a generalização analítica, em que uma teoria previamente desenvolvida é usada como um padrão, com o qual são comparados os resultados empíricos do estudo de caso”. Os estudos de caso, segundo o autor, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações e universos. O pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode gerar proposições que seriam aplicáveis a outros contextos (Yin, 2010).

Por fim, a essência dos resultados foi analisada por meio da construção da explanação com base nos resultados da pesquisa de campo e seu alinhamento com a pesquisa bibliográfica, em especial, às teorias de difusão de inovação propostas por Everett Rogers e a teoria de mobilização social de Toro e Werneck.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, estão expostas as análises e a discussão dos resultados organizados em categorias a partir de dados colhidos na pesquisa de campo e interpretações com base na pesquisa bibliográfica, principalmente, nas teorias de difusão de inovação e mobilização social.

Divulgação e aprendizagem

Os resultados relacionados a essas categorias têm relação direta com a teoria de mobilização social de Toro & Werneck (2004) e com a teoria de difusão de inovações de Rogers (2003), ao contemplar o projeto de comunicação e aprendizagem. No que se refere aos canais de comunicação relacionados à divulgação dos eventos do Maria Camponesa, observou-se que o canal boca-a-boca foi o mais expressivo com 100% de aprovação. Já a facilidade de divulgação, conforme resultado do questionário Likert, foi considerada “muito fácil”. Isso demonstra conforme Toro & Werneck (2004), que o projeto foi atrativo e as pessoas fizeram uso da convocação como ato de liberdade, chamando os outros à participarem, tiveram motivação e sentimento de responsabilidade para construir as mudanças.

No que diz respeito ao método mais eficiente para a aprendizagem, o resultado foi o seguinte: Roda de conversa = 28%; Palestra = 12%; Cursos = 25 %; Conversa com colegas = 35 % e; Seminários = 0%. Essa constatação demonstrada pelo projeto de comunicação evidencia um alto grau de homofilia no processo de aprendizagem dos conhecimentos, corroborando com a teoria de Rogers (2003), em que a transferência de ideias e conhecimentos ocorrem mais frequentemente entre indivíduos que são iguais, semelhantes, ou homófilos, pois a aprendizagem se deu melhor nas rodas de conversas e nas conversas entre colegas.

Conhecimento e os fatores favoráveis e desfavoráveis para sua aquisição e uso

Podemos relacionar essas categorias com a teoria de mobilização social de Toro & Werneck (2004), no que diz respeito às dimensões básicas de um processo de mobilização social (o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento de resultados).

A maioria das pessoas considerou que seus conhecimentos aumentaram de ‘moderadamente’ a ‘muito’, o que, na escala Likert de zero a cinco, ficou em 3,6. Isso deixa o projeto atrativo considerando a dimensão do imaginário de acordo com a teoria de mobilização social de Toro & Werneck (2004), sintetizando, de forma atraente e válida, os objetivos que se buscam alcançar em um projeto de intervenção, refletindo um consenso coletivo, segundo essa teoria. Este fato é confirmado em outra questão que considerou o projeto moderadamente atrativo e muito atrativo quando lhes foi perguntado a esse respeito. As outras dimensões básicas do processo de mobilização social proposto por Toro & Werneck (2004) também podem ser destacadas nessa categoria.

No Campo de Atuação foi possível observar seu papel no processo de mudança, proposto no imaginário coletivo, em que as mudanças foram construídas no dia a dia pelas pessoas da própria comunidade. Já a Coletivização e o Acompanhamento de Resultados, terceira e quarta dimensões básicas desse processo, aparecem aqui contempladas quando foram perguntados sobre o uso do que aprenderam e a maioria respondeu que está usando, de moderadamente a muito, tudo que aprendeu. Isso reforça a circulação da informação por meio da comunicação, o que é essencial no processo de coletivização, desenvolvendo nas pessoas, conforme Toro & Werneck (2004), um sentimento de pertinência com a informação para que não se torne algo meramente informativo e sem compromisso, mas com ação. Ficou também evidenciado, o acompanhamento de resultados (quarta dimensão básica), o que permitiu a cada pessoa saber que seu entorno e todo o campo de ação está mudando na direção desejada. Isso foi importante para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando, estimular a ampliação dos participantes e argumentar com os fomentadores e/ou responsáveis pelo projeto.

Apesar da valorização que deram aos conhecimentos adquiridos, o que ficou marcado na maioria foi a compreensão da importância de políticas públicas voltadas para a realidade social e local. Quando lhes foram perguntado como as autoridades devem se envolver em comunidade nas ações de interesse dessa mesma, a maioria respondeu que devem se envolver muito a bastante. Ao mesmo tempo, sobre o grau de contribuição das autoridades públicas do seu município na realização das atividades do projeto, a maioria respondeu que essas autoridades têm contribuído de pouco a moderadamente, denunciando aquilo que já sabemos que ocorre na maioria dos projetos de intervenção, ou seja, a falta de acompanhamento por parte das autoridades. Os autores Toro & Werneck (2004), afirmam que o Estado precisa ser o promotor contínuo da mobilização, tomando à frente e assumindo o papel de Produtor Social em primeira instância. Assim, faltou, por parte do poder público local, mais envolvimento para reforçar o processo de mobilização social. É claro que o Estado em determinado momento precisa retirar-se para que não fique caracterizada uma relação de paternalismo permanente. Esses fatos enfraquecem todas as dimensões da teoria de mobilização social de Toro & Werneck (2004), mas demonstram a força do projeto Maria Camponesa, que alcançou índices razoáveis nessas dimensões, mesmo com esses agravantes.

Dentro do que é postulado por Takeuchi & Nonaka (2008) e por Sabbag (2007) com relação à conversão de conhecimentos tácito para explícito e vice versa, conforme foi observado, não há elementos suficientes para locarmos, de forma taxativa, o conhecimento adquirido pela comunidade em uma dessas direções. No entanto, os resultados apontam em direção ao que é colocado por Sabbag (2007) com relação à conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. O autor considera que não é fácil externalizar conhecimento tácito, o que de fato foi observado nessas comunidades. A conversão de conhecimento tácito para explícito foi algo bastante distante nessa pesquisa, no entanto, a conversão do explícito para tácito é algo mais visível quando consideramos que muitos estão aplicando na prática o conteúdo aprendido via o conhecimento explícito.

Cobranças efetuadas e necessidades da Comunidade

Com relação às cobranças feitas às autoridades após o projeto sobre a necessidade de se fazer alguma coisa a mais, a maioria declarou não estar cobrando dessas autoridades. Há um desconforto visível nas narrativas quando a questão foi o confronto com o poder público por meio das cobranças, provavelmente, devido a timidez, valores, costumes, medos e interesses pessoais. Esse desconforto pode ser percebido em narrativas evasivas, em que não ficou claro se estão ou não cobrando das autoridades. Alguns chegaram a admitir a questão política por não estarem cobrando das autoridades, resistindo em responder essa questão, o que falou mais alto que as próprias respostas. Isso denota falta de encorajamento para o enfrentamento dos seus próprios medos e a adoção de um novo sistema de valores.

Ao serem perguntados sobre a inclusão de suas verdadeiras necessidades, a maioria admitiu que suas necessidades foram atendidas de moderadamente a muito. Isto permite reforçar mais uma vez que o projeto foi atrativo e convocante, o que deve ser considerado em outros projetos de intervenção. Portanto, o imaginário, uma das condições básicas do processo de mobilização social, proposto por Toro & Werneck (2004), foi satisfeito.

Iniciativas individuais, da comunidade e do poder público

O que foi observado nas respostas relacionadas ao que aconteceu e que vem acontecendo após implantação do projeto por iniciativas individuais, da comunidade e do poder público, aqui representados pela UNEB e Prefeitura, indica uma leve diferença entre as iniciativas individuais (moderado tendendo a pouco); da comunidade (moderado) e; do poder público (de moderado a muito).

O que pode ser constatado de tudo isso é que houve uma reação, uma resposta positiva em torno da mobilização para a ação em todos esses segmentos, fato esse considerado essencial para a mobilização social conforme Toro & Werneck (2004). As pessoas querem resultados concretos que só o poder público poderia proporcionar. O perigo desses resultados não serem concretizados em um médio prazo é a geração de um desinteresse generalizado que, de acordo com Toro & Werneck (2004), pode levar ao fracasso de todo o processo de mobilização, o que não foi o caso nessa pesquisa.

Na observação *in loco*, as iniciativas puderam ser constatadas por meio de três grandes produtos, frutos do projeto: a feira da agricultura familiar e economia solidária; o Cesol (Centro público de economia solidária), que é um espaço solidário permanente no centro de Valença – BA para comercialização dos produtos da Comunidade do Maria Camponesa e; a criação da Cantina Solidária na UNEB Campus XV. Na feira, podem-se encontrar alimentos saudáveis e nutritivos da agricultura familiar e uma variedade de produtos como hortifrutí e outros beneficiados, como bolos, biscoitos, bananas chips e muito mais.

Essas ações evidenciaram o aspecto positivo do acompanhamento de resultados, quando foi considerado como poder público a UNEB Campus XV, não incluindo o poder político local. Isso permitiu a cada pessoa perceber que seu entorno e todo o campo de ação está mudando, o que foi importante conforme Toro & Werneck (2004) para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando, estimular a ampliação dos participantes e argumentar com os responsáveis pelo projeto no sentido de angariar mais apoio, multiplicando as ações em torno da proposta.

Conhecimento e mudanças de atitudes

As respostas à questão sobre a busca de mais conhecimentos após o projeto demonstraram que a maioria fortaleceu seus conhecimentos e habilidades buscando novos conhecimentos. No entanto, os objetivos da pesquisa vão além disso. É necessário que essa nova ideia formada pela aquisição de novos conhecimentos esteja acompanhada de ações que não apenas aquelas no campo do desenvolvimento pessoal. É claro que o desenvolvimento pessoal é uma grande conquista, pois é a partir desse que as ações mais efetivas e em nível de cobranças coletivas poderão se concretizar.

O fortalecimento e a busca por novos conhecimentos e habilidades refletem mudanças de atitudes, tendo uma relação direta com a teoria de difusão de Rogers (2003) no que diz respeito a inferências sobre o estágio de confirmação. Relaciona-se também com a teoria de mobilização social de Toro & Werneck (2004) em sua quarta dimensão básica, que é, como já ressaltado, o acompanhamento de resultados.

Essas mudanças de atitudes ficaram bastante evidentes e aconteceram das mais variadas formas: nas ações implementadas, na maneira de pensar, de agir, de falar e no uso de tecnologias sociais, o que pode ser resumido em ação e comportamento. Pelos resultados observados, essas mudanças estão muito relacionadas com o coletivo, dado a forma como se organizam na comercialização dos produtos e compartilhamento dos conhecimentos, revelando, na prática, grande mudança na conduta, conforme revelado pela maioria na questão sobre o que foi aprendido durante esse tempo e em que medida isso mudou a forma de fazerem as coisas.

Um dado interessante, colocado no questionário apenas para caracterizar os respondentes, diz respeito à escolaridade. Não foi previsto nenhum estudo nesse sentido, mas ao cruzar a escolaridade com algumas respostas verificou-se uma diferença significativa entre as pessoas com escolaridade até o primeiro grau, até o segundo grau e com curso superior. O aumento do conhecimento, a mudança no modo de fazer as coisas, o uso do que foi apreendido, as iniciativas próprias e a busca por mais conhecimentos foram significativamente maiores entre as pessoas com nível superior, seguidas por pessoas com segundo grau e por último aquelas com primeiro grau. Isso reforça a importância do conhecimento para a adoção de inovações, conforme preconiza Roger (2003) e na formação de uma massa crítica que, de acordo com Sabbag (2007), seria o principal responsável pelas mudanças, inclusive, segundo Takeuchi & Nonaka (2008), mudanças no equilíbrio das forças de poder.

Acreditamos, portanto, que as ações tratadas nessa pesquisa e a formação dessa massa crítica com conhecimentos foram imprescindíveis para a transformação social no projeto Maria Camponesa. No entanto, ressaltamos a importância do conhecimento passar pelo crivo pessoal pois, sem isso, nenhuma mudança seria possível no coletivo e nenhuma massa crítica seria formada para adoção ou não de políticas públicas veiculadas por meio de projetos de intervenção.

Evidências sobre a adoção de novas ideias e convergência entre as teorias de mobilização social e difusão de inovação.

Ficou evidente nas respostas ao questionário a emancipação individual por meio do conhecimento, passo imprescindível para a formação de uma massa crítica com conhecimento e atitude, de acordo com Sabbag (2007). Há, também, sinais evidentes nas transformações coletivas esperadas através da mobilização social e adoção das inovações veiculadas pelo Maria Camponesa, essencial para projetos de intervenção.

As evidências sobre a adoção dessas novas ideias foram consideradas altas, quando a maioria respondeu que adotaria em muito, tudo que foi passado no projeto, saindo do nível individual para o coletivo, o que satisfaz uma condição defendida por Rogers (2003) na concretização do processo de adoção de uma inovação, que é a passagem dessa inovação pelo crivo pessoal. As respostas aos questionários demonstraram essa passagem por meio do desenvolvimento de atitudes favoráveis em relação às novas ideias veiculadas pelo projeto, sendo importante, de acordo com Rogers (2003), que as consequências ocorram ao nível do sistema social, além daquelas que afetam o indivíduo.

Rogers (2003) se refere a mensagens conflitantes relacionadas ao estágio de confirmação como possível causa da não concretização ou reversão do processo de adoção de uma inovação. No caso dessa pesquisa e outras semelhantes, essas mensagens referidas por Rogers, podem estar relacionadas, principalmente, com a dimensão básica do processo de mobilização social proposto por Toro & Werneck (2004), que é o acompanhamento de resultados, já discutido anteriormente. Assim, o avanço em direção a uma adoção generalizada das novas ideias e sua difusão por todo o sistema social envolvido, parecem depender da concretização do processo de mobilização social defendido por Toro & Werneck (2004).

Disso, podemos deduzir que o estágio de confirmação, proposto por Rogers (2003) como o último dos cinco estágios do processo de decisão por uma inovação e a dimensão básica do acompanhamento de resultados para consolidação do processo de mobilização social proposta por Toro & Werneck (2004), são bastante semelhantes e/ou equivalentes. A consolidação de um estágio de confirmação para decisão de adotar uma inovação por uma comunidade, na pesquisa efetuada, demonstrou estar condicionada à dimensão básica acompanhamento de resultados da teoria de mobilização social. Nessas condições, o processo de mobilização social mostrou-se essencial para adoção das novas ideias em sua plenitude (ações concretas).

Sendo assim, um dos fatores que poderia entrar a consolidação desse processo seria a deficiência na dimensão básica relacionada ao acompanhamento dos resultados com consequentes implicações na adoção das novas ideias. Isto não aconteceu nessa pesquisa justamente porque a dimensão do acompanhamento de resultados foi bastante positiva. Já na pesquisa de doutorado sobre o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento no Estado da Bahia, houve esse entrave exatamente porque o acompanhamento de resultados ainda não havia se efetivado, conforme verificado por Neves (2015). A formulação do projeto tendo previsto um compromisso formal do poder público para a implantação e principalmente, a manutenção do projeto por parte da UNEB e apoio de outros setores públicos permitiram à Comunidade um eficiente acompanhamento de resultados, o que foi essencial para a concretização da mobilização social.

A convergência entre essas teorias parece ir além da dimensão básica acompanhamento de resultados (teoria de mobilização social) e do estágio de confirmação, (teoria de difusão de inovação). Há um imbricamento mais complexo entre as duas. Outras relações são bastante visíveis quando comparamos as dimensões básicas do processo de mobilização social com os estágios do processo de decisão por adoção de uma inovação, tanto em suas definições teóricas como em sua execução na prática, conforme foi constatado nessa pesquisa e que pode ser observado na Figura 1.

A dimensão do imaginário, presente na teoria de mobilização social, com seu propósito atrativo, funciona da mesma forma que a persuasão, presente na teoria de difusão de inovações. Nesse caso, o indivíduo desenvolve uma atitude favorável ou desfavorável com relação à inovação. Isto pode ser verificado no fato de a maioria achar que o projeto foi atrativo o bastante para unir a comunidade em torno das questões necessárias e que adotaria para suas vidas tudo que foi aprendido no projeto.

Da mesma forma, o campo de atuação da teoria de mobilização social, onde o ator social desempenha seu papel no processo de mudanças construídas no dia a dia por pessoas da própria comunidade interessadas em atuar coletivamente, equivale, na teoria de Difusão de Inovações, ao sistema social, que envolve os indivíduos na resolução conjunta de um problema em que os mesmos são expostos. A partir daí, esses indivíduos passam a compreender como a inovação funciona e tomam conhecimento da mesma, passando a adotá-la. Assim, de uma forma indireta, o campo de atuação passa a ser fundamental no estágio do conhecimento da teoria de inovação. Isto pode ser visto no Maria Camponesa, quando a maioria respondeu que após o projeto, muitas coisas aconteceram por iniciativa da Comunidade ou Associação que fazem parte, envolvendo aí elementos da teoria de mobilização social e difusão de inovações em seu campo de atuação e/ou sistema social, respectivamente.

A coletivização da teoria de mobilização social, desenvolvendo nas pessoas o sentimento de pertinência, promove, como no estágio de decisão da teoria de Difusão de Inovações, o engajamento do indivíduo em atividades que levam a uma escolha para aprovar ou rejeitar a inovação e sua consequente implementação. Isso foi bastante visível nessa pesquisa em que a maioria admitiu o aumento de seus conhecimentos depois do projeto, mudanças na forma de fazer as coisas, o uso do que aprendeu, dentre outras.

Dessa forma, para adoção de uma inovação não tecnológica e nas condições de realização dessa pesquisa, as teorias de difusão de inovação e mobilização social podem ser fundidas, adaptadas ou redefinidas de maneira complementar sem ferir seus princípios. Essa constatação reforça contribuições significativas para construção de modelos de avaliação de políticas públicas relacionadas a projetos diversos de intervenção.

A proposta de fusão das duas teorias e utilização em projetos de intervenção é uma contribuição teórica da pesquisa iniciada com o PEAMSS e que se confirma nessa pesquisa, conforme a análise dos resultados. No entanto, os autores das duas teorias não foram consultados para isso e parece nunca terem conversado, pelo menos, não foram encontrados registros publicados na literatura que comprovasse isso. Cabe ao pesquisador e responsáveis por projetos de intervenção adaptar e avaliar com as devidas ponderações, a utilização das duas teorias e assim contribuir com mais informações.



Figura 1. Convergência entre as teorias de mobilização social e difusão de inovação.

Os resultados dessa pesquisa reforça o modelo teórico proposto por Toro & Werneck (2004), em que o Produtor Social deve criar as condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. No entanto, a manutenção de um estado constante de mobilização, que deveria estar na pauta do dia de todo dirigente público, não acontece, pois, conforme Quintas (2006), no Brasil, por se tratar de uma sociedade excludente, desigual e autoritária, esse nível de cidadania plena está longe de ser atingido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Retomando a questão e os objetivos da pesquisa, os resultados apresentados indicaram que as pessoas adquiriram conhecimentos. Houve mudanças de atitudes em suas vidas. O uso do conhecimento, bem como sua difusão, ocorreu em nível coletivo e com forte mobilização social. Esses resultados também convergem com as teorias aqui estudadas.

Ao problematizarmos os vínculos entre mudança de atitudes e conhecimentos, tentamos evidenciar a complexidade que envolve as transformações sociais para adoção de novas ideias. Não é algo simples afirmar que por meio da difusão de conhecimento e mobilização social essas transformações possam ser garantidas, haja vista os vínculos históricos e culturais envolvidos. Não é fácil aproximar do público a complexidade do conhecimento e da mobilização social no contexto político em que vivemos, mas é fato que esses elementos são essenciais em projetos de intervenção, daí a recomendação de maiores estudos envolvendo outros projetos no sentido de aplicar melhor os princípios básicos das teorias de difusão de inovações e mobilização social, bem como, adequar o conhecimento às realidades de cada povo ou comunidade envolvida.

Analisando os resultados à luz da questão proposta, influência da mobilização social e da difusão de conhecimentos como mecanismos catalizadores em projetos de intervenção, pode-se perceber um alinhamento a essa questão quando comparamos os resultados relacionados ao uso e à difusão do conhecimento e à mobilização social. Pode ser percebido, também, que outros elementos essenciais à adoção de novas ideias, como a aquisição de habilidades, persuasão, decisão, implementação e confirmação, estiveram sempre presentes, marcados pela emancipação, mudanças de atitudes e reconhecimento de benefícios.

Os elementos que fazem parte das dimensões básicas da mobilização social se mostraram também imprescindíveis no processo de adoção das novas ideias. Isso reforça outra recomendação que diz respeito a essencialidade da difusão do conhecimento e mobilização social para adoção de políticas públicas no sucesso de projetos de intervenção. Uma possível conclusão do ponto de vista teórico que deu sinais na pesquisa que antecedeu a atual e agora se mostrou de forma mais contundente, foi a convergência entre as teorias de mobilização social e a teoria de difusão de inovação, demonstrando uma equivalência entre as dimensões básicas da primeira (imaginário, campo de atuação, coletivização e acompanhamento de resultados) e os estágios do processo de decisão da segunda (conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação).

Conforme foi enfatizado, a criação de uma consciência-conhecimento, a existência de uma causa atraente e convocante e o fomento a processos libertadores e democráticos são imprescindíveis para incorporação de novas ideias a serem adotadas, sendo a difusão de conhecimentos e a mobilização social fundantes nesse processo. Mas, para a adoção de uma nova ideia se concretizar em todo o meio social, os resultados indicaram a necessidade de mobilização social de todos os envolvidos, sobretudo do poder público, o que fica registrado como mais uma recomendação. Podemos ainda generalizar esses resultados a outros contextos que não sejam em nível de população ou universo, mas, aplicáveis à luz da questão estudada.

Ao adquirirem e compartilharem novos conhecimentos, as camponesas, mulheres que fazem parte do Maria Camponesa, ampliaram e resignificaram seu modelo mental e suas práticas, inovaram e promoveram a articulação de saberes, tornando-se visíveis. Deduz-se, portanto, que o saber confere ao sujeito a condição de ser e estar no mundo, de construir e ser construído em um movimento dialético. Igualmente, os resultados da articulação e compartilhamento de saberes revelaram-se nas melhorias das práticas produtivas, na melhor qualidade dos produtos, no domínio de novas técnicas, na criatividade resultante em tecnologias sociais, na participação em eventos públicos solidários, na conquista de novos mercados e possibilidades de negócios que promoveram visibilidade ao grupo.

Portanto, os saberes necessários para criação e difusão de conhecimentos entre mulheres do campo, assumindo esses conhecimentos como inovações, estão sendo difundidos e adotados, cristalizando-se em ações e mudanças de atitudes, sendo perceptível o princípio da homofilia dentro do sistema social em que estas estão inseridas, prevalecendo os canais interpessoais de comunicação no compartilhamento de novos saberes/conhecimentos, principalmente, o boca-a-boca, conforme apontam as teorias que tratam dessa questão. Outra constatação refere-se ao nível de escolaridade que se mostrou diretamente proporcional ao aumento do conhecimento, mudanças na maneira como executam tarefas, uso da aprendizagem, iniciativas individuais e busca pela ampliação do conhecimento.

Acredita-se que o sucesso deste projeto de intervenção está relacionado, dentre outras questões, ao monitoramento que vem sendo feito seja por pesquisadores interessados em estudar o projeto, seja por autoridades locais, o que nos leva a inferir sobre a importância desse monitoramento e recomendá-lo para outras intervenções de natureza semelhante.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. de O.; VELLOSO, T.R. O semear de uma construção coletiva: a trajetória de formação da cooperativa feminina da agricultura familiar e economia solidária de Valença, BA (COOMAFES). In: EPIFANIA, A.G. da; PEDROSA, C.M.; BORSOI, D.F.; BARCELOS, E.A. da S. (Org.). **Fronteiras do (des)envolvimento no Baixo Sul da Bahia**: território, economia, ambiente e educação. Curitiba: Appris, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18366/9786525028019-221-240>.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 10.ed. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 25).
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GERMANO, M.G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788578791209>.
- GIL, A.C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010. 239p.
- LÓPEZ, J.C.J. **Modelo de comunicación pública organizacional e informativa para entidades del Estado (MCPOI)**. Bogotá: Usaid, 2004.
- MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOREIRA, D.A. **Teoria e prática em gestão do conhecimento: pesquisa exploratória sobre consultoria em gestão do conhecimento no Brasil**. 2005. 174p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NEVES, R.C. **Difusão de conhecimento e mobilização social para adoção da política pública do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento da Bahia**. 2015. 218p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Finep, 2004.
- QUINTAS, J.S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2.ed. Brasília: Ibama, 2006. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5).
- RIBEIRO, N.M.; CUNHA, F.G.A.P.; PEREIRA, H.B. Redes como mecanismo de inovação e aprendizagem: um estudo da rede InovarH – BA. In: GURGEL, P.R.H.; SANTOS, W.N. (Org.). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: Ed. da EDUFBA, 2011. p.209-236.
- ROCHA, J.C.; ROCHA, D.A.B.F. **Extensão em Educação em Direitos Humanos: Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: construindo Redes de Educação Cidadã**. Camaçari: Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Ética, Capital Social, Desenvolvimento e Cidadania, 2009. (Coleção Educação em Direitos Humanos, v.2).
- ROGERS, E.M. **Diffusion of innovation**. 5th ed. New York: The Free Press, 2003.
- SABBAG, P.Y. **Espiraís do conhecimento: ativando indivíduos, grupos e organizações**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SANTOS, B. de SOUZA. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- TORO A.J.B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VERGARA, S.C. **Métodos de coleta de dados em campo**. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIANNA, L.P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, 2008.
- YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZANGELMI, A.J.; SALES, I.F.O. de. Trabalhadores rurais em movimento: a construção de uma nova identidade no assentamento Aruega (Novo Cruzeiro, MG). **Revista Extensão Rural**, v.17, p.62-92, 2009.